



A Santa Sé

RADIOMENSAGEM «URBI ET ORBI» DO PAPA JOÃO PAULO II

Capela Sistina

Terça-feira, 17 de Outubro de 1978

*Senhores Cardeais, e Vós, filhos da Santa Igreja,
e Vós todos, homens de boa vontade, que Nos escutais*

Só urna palavra, entre tantas, sobe imediatamente aos Nossos lábios no momento de Nos apresentarmos a vós depois da eleição para a Sede do Apóstolo Pedro, e é palavra que faz ressaltar, pelo evidente contraste dos Nossos limites pessoais e humanos, a responsabilidade imensa que Nos foi confiada: *Oh profundidade da sabedoria e da ciência de Deus! Quão imperscrutáveis são os seus juízos e inacessíveis os seus caminhos!* (Rom. 11, 33). De facto, quem poderia prever, depois da morte do inolvidável Paulo VI, também o prematuro desaparecimento do seu amável sucessor João Paulo I? E como poderíamos Nós prever que a formidável herança deles passaria para os Nossos ombros? Por isso, devemos meditar sobre o misterioso desígnio de Deus, providência e bondade, e não já para compreender mas sim para adorar e orar. Sentimos, na verdade, dever repetir a invocação do Salmista que, levantando os olhos, exclamava: *Donde me virá o auxílio? O meu auxílio vem do Senhor* (Sl. 120, 1-2).

A mesma imprevisibilidade dos acontecimentos, que decorreram em tão breve espaço de 'tempo, e a insuficiência da resposta, que poderá vir da Nossa pessoa, como Nos impõem dirigirmo-Nos a Deus e confiar totalmente n'Ele, assim não consentem que tracemos programas que sejam fruto de longa reflexão e cuidadosa elaboração. Mas, para suprir tal falta, está já pronta uma espécie de compensação, que por si constitui sinal da presença confortante de Deus. Passou pouco mais de um mês desde quando nós todos ouvimos, dentro e fora das históricas abóbadas desta Capela Sistina, a alocução dirigida, mesmo ao começar o seu prometedor serviço, pelo Papa João Paulo: pela novidade da recordação que cada um de nós dela conserva e pelo acerto das indicações que encerrava, não Nos parece poder prescindir dela. Como pela circunstância em

que foi pronunciada, ela parece manter ainda o seu valor no princípio dum novo ciclo pontifical, que Nos obriga, de maneira directa e agora iniludível, diante de Deus e da Igreja.

Queremos portanto desenvolver algumas linhas directrizes que julgamos de maior relevo e, por serem tais, hão-de receber da Nossa parte — como Nos propomos e esperamos com a ajuda do Senhor — não só atenção e concordância, mas também constante impulso, para encontrarem correspondência na realidade eclesial. Primeiramente, desejamos insistir na permanente importância do Concílio Ecuménico Vaticano II, e é para Nós obrigação explícita garantir-lhe a devida execução. Não é porventura o Concílio pedra miliar na história bimilenária da Igreja e, por reflexo, na história religiosa e até cultural do mundo? Mas ele, como não está encerrado só nos documentos, também não está concluído nas aplicações já realizadas nestes anos do assim chamado após-Concílio. Consideramos, por isso, obrigação fundamental promover, com actividade prudente e ao mesmo tempo estimulante, a mais exacta execução das normas e orientações do mesmo Concílio, favorecendo primeiramente a aquisição duma mentalidade adequada. Queremos dizer que é necessário primeiro estabelecer sintonia com o Concílio para pôr em prática o que ele estabeleceu, para tornar explícito — mesmo à luz das sucessivas experiências feitas e em satisfação das exigências apresentadas por novas circunstâncias — aquilo que nele está implícito. É preciso, numa palavra, levar a que frutifiquem, no sentido do movimento e da vida, as sementes fecundas que os Padres da Assembleia ecuménica, alimentados pela Palavra de Deus, lançaram no bom terreno (Cfr. *Mt.* 13, 8.23), isto é, os seus autorizados ensinamentos e as suas opções pastorais.

Este critério geral, da fidelidade ao Vaticano II e de propósito explícito, por Nosso lado, de o aplicar completamente, poderá interessar vários sectores: do missionário ao ecuménico, do disciplinar ao organizativo, mas um especialmente deverá ser o sector que maiores cuidados há-de requerer, isto é o da eclesiologia. necessário, veneráveis Irmãos e dilectos Filhos do mundo católico, retomar na mão a "magna charta" conciliar, que é a Constituição dogmática *Lumen gentium*, para uma renovada e corroborante meditação sobre a natureza e a função, sobre o modo de ser e de operar da Igreja, não só para realizar cada vez melhor aquela comunicação vital, em Cristo, de todos quantos n'Ele esperam e crêem, mas também com a intenção de contribuir para mais ampla e mais íntima unidade de toda a família humana. *Ecclesia Christi lumen gentium*, gostava de repetir o Papa João XXIII: a Igreja — o Concílio retomou dele essas palavras — é sacramento universal de salvação e de unidade para o género humano Cfr. Const. *Lumen gentium*, 1; 48; Decr. *Ad gentes*, 1).

O mistério salvífico que na Igreja está centrado e por meio da Igreja se exerce; o dinamismo que, por força deste mesmo mistério, solicita o Povo de Deus; a especial coesão, ou colegialidade que "cum Petro et sub Petro" une entre si os sagrados Pastores, são elementos sobre os quais nunca reflectiremos suficientemente para verificarmos, baseados nas necessidades quer permanentes quer contingentes da humanidade, quais devem ser as formas de presença e as linhas de acção da Igreja mesma. Por isso, a adesão ao texto conciliar, visto à luz da Tradição e relacionado com

as fórmulas dogmáticas, um século antes, formuladas pelo Concílio Vaticano I, será para nós todos, Pastores e fiéis, o segredo duma orientação segura e também um estímulo propulsor para caminharmos — repetimo-lo — na direcção da vida e da história.

Recomendamos, em especial, que se aprofunde, com, o objectivo duma consciência cada vez mais lúcida e duma responsabilidade mais atenta, aquilo que o vínculo colegial comporta, associando intimamente os Bispos ao Sucessor de Pedro e eles todos entre si nas altas funções de iluminar com a luz do Evangelho, de santificar com os instrumentos da graça, e de guiar com a arte pastoral todo o Povo de Deus.. Colegialidade quererá também dizer, sem dúvida, desenvolvimento apropriado de Organismos, em parte novos em parte actualizados, que podem garantir a melhor união dos espíritos, das intenções e das iniciativas no trabalho da edificação do corpo de Cristo, que é a Igreja (Cfr. *Ef.* 4, 12; *Col.* 1, 24). A este propósito, nomeamos primeiramente o *Sínodo dos Bispos*, constituído ainda antes que terminasse o Concílio pela alta inteligência de Paulo VI (Cfr. Motu proprio *Apostolica sollicitudo*: AAS 57, 1965, pp. 775-780).

Além desta referência ao Concílio, há o *dever da fidelidade global à missão* que recebemos e, nesta altura, o que afirmamos, antes que para os outros, vale para Nós; falamos portanto em primeira pessoa. Chamado à suprema responsabilidade na Igreja, somos sobretudo Nós que, em posição que Nos obriga a dar exemplo nas decisões e nas realizações, devemos exprimir com todas as Nossas forças esta fidelidade, conservando intacto o depósito da fé, correspondendo plenamente às ordens especiais de Cristo, que a Simão, constituído pedra da sua Igreja, confiou as chaves do Reino dos céus (Cfr. *Mt.* 16, 18-19), mandou confirmar os irmãos (Cfr. *Lc.* 22, 32) e apascentar, como prova do seu amor para com Ele, os cordeiros e as ovelhas do seu rebanho (Cfr. *Jo.* 21, 15-17). Estamos convencido profundamente que toda e qualquer investigação moderna a respeito do chamado "ministerium Petri", realizada com o fim de reconhecer cada vez melhor aquilo que ele encerra de peculiar e específico, não poderá nem deverá nunca prescindir dessas três ideias fulcrais evangélicas. Trata-se, de facto, de serviços típicos relacionados com a natureza mesma da Igreja e com a salvaguarda da sua interna unidade e com a garantia da sua missão espiritual, e confiados, por isso, primeiro a Pedro e depois aos seus legítimos sucessores. E estamos convencido ainda que esse singularíssimo ministério deverá sempre encontrar no amor — à maneira de indeclinável resposta ao *amas-me?* de Jesus — a fonte que o alimenta e ao mesmo tempo o clima em que ele se desenvolve. Repetiremos, portanto, com São Paulo: *Caritas Christi urget nos* (2 *Cor.* 5, 14), porque o Nosso quer ser desde agora um ministério de amor em todas as suas manifestações e expressões.

Nisto procuraremos seguir a elevada escola dos Nossos imediatos Predecessores. Quem se não lembra das palavras de Paulo VI, pregador da "civilização do amor", o qual, cerca de um mês antes da morte, afirmava com espírito iluminado: *Fidem servavi* (Cfr. *Homilia na festa de São Pedro e São Paulo*, em AAS 70, 1978, p. 395), não certamente em elogio próprio, mas em rigoroso exame a que, passados quinze anos de serviço, submetia a sua sensibílissima consciência?

E que dizer de João Paulo I? Parece-nos saído apenas ontem das nossas fileiras para revestir o peso do manto papal: mas quanto calor, ver-dadeira "onda de amor" - como desejou para o mundo na sua última saudação no *Angelus* dominical - não difundiu ele nos poucos dias do seu ministério! E confirmam-no as lições de sábia catequese sobre a fé, a esperança e a caridade, dadas durante as Audiências gerais.

Veneráveis Irmãos e Filhos caríssimos, é óbvio que a fidelidade significa também adesão convicta ao Magistério de Pedro especialmente no campo doutrinal, cuja importância objectiva não só deve sempre ser tida em vista, mas também ser defendida por causa das insídias que, de várias partes, se levantam hoje contra certas verdades da fé católica. Fidelidade significa também respeito pelas normas litúrgicas, vindas da Autoridade eclesiástica, e exclui portanto quer os arbítrios de inovações injustificadas quer as rejeições obstinadas do que foi legitimamente previsto e introduzido nos sagrados ritos. Fidelidade significa ainda observância da grande disciplina da Igreja, e também isto - como recordareis — foi indicado pelo Nosso Predecessor. A disciplina, de facto, não tende a suprimir o que é bom, mas a garantir a justa ordem própria do corpo místico, como a garantir a regular e fisiológica articulação entre todos os membros que o formam. Fidelidade significa ainda correspondência generosa às exigências da vocação sacerdotal e religiosa, de maneira que tudo o que livremente se prometeu a Deus seja mantido sempre e seja desenvolvido numa perspectiva sobrenatural estável.

Para os fiéis, por último, como o diz a palavra mesma, a fidelidade deve ser um dever que sempre acompanhe a condição de cristãos: estes não-de querer professá-la, com ânimo pronto e leal, e mostrá-la quer na obediência aos Pastores sagrados, que o Espírito Santo constituiu para apascentarem a Igreja (Cfr. *Act.* 20, 28), quer na colaboração naquelas iniciativas e obras a que são chamados.

Nesta altura, não podemos esquecer os Irmãos das outras Igrejas e confissões cristãs. Enorme e delicada é, na verdade, a causa ecuménica, para não lhe dedicarmos agora uma palavra nossa. Quantas vezes meditámos juntos o testamento de Cristo, que pediu ao Pai para os discípulos o dom da unidade (Cfr. *Jo.* 17, 21-23)? E quem deixa de lembrar-se da insistência de São Paulo acerca da "comunhão do espírito", que leve a que se tenha "uma mesma caridade, uma alma só, um só e mesmo pensamento", à imitação de Cristo Senhor (Cfr. *Flp.* 2, 2.5-8)? Não parece, por conseguinte, possível que se mantenha ainda o drama da divisão entre os cristãos, que é motivo de perplexidade e talvez mesmo de escândalo. Projectamos, pois, continuar pelo caminho já bem iniciado e favorecer aqueles passos que sirvam para remover os obstáculos, formulando votos de que, graças a um esforço concorde, se chegue finalmente à comunhão plena.

Desejamos ainda dirigir-Nos a todos os homens que, como filhos do Deus único e onipotente, são Nossos irmãos, para os amarmos e servirmos; queremos manifestar-lhes, sem presunção mas com humildade sincera, a Nossa vontade de lhes oferecer um contributo prático para as causas permanentes e dominantes da paz, do progresso e da justiça internacional. Não Nos

move qualquer intenção de interferência política, ou de participação no manejo dos negócios temporais: como a Igreja exclui de si o enquadramento em categorias de ordem terrena, assim Nós, ao aproximarmo-Nos desses problemas escaldantes dos homens e dos povos, deixaremos levar-Nos somente por motivos religiosos e morais. Seguindo Aquele que apontou aos seus o ideal de serem *sal da terra e luz do mundo* (Mt. 5, 13-16), desejamos trabalhar pela consolidação das bases espirituais, sobre que deve apoiar-se a sociedade humana. E tanto mais urgente Nos parece tal dever, quanto mais perduram as desigualdades e incompreensões, que por sua vez são causa de tensões e conflitos em não poucas partes do mundo, com nova ameaça de catástrofes mais cruéis. Constante será, por isso, a Nossa solicitude quanto a tais problemas, a fim de exercermos uma acção no momento próprio, que seja desinteressada e inspirada evangelicamente.

Seja-Nos permitido, neste momento, manifestar o Nosso grande interesse pelo gravíssimo problema, apontado pelo Colégio dos Padres Cardeais durante a Sede Vacante: o que diz respeito à amada terra do Líbano e ao seu povo, a que todos auguramos ardentemente a paz na liberdade. Ao mesmo tempo, desejaríamos agora estender as mãos e abrir o coração a todas as gentes e a todas as pessoas que se vêem oprimidas por alguma injustiça ou discriminação, no que diz respeito seja à economia e à vida social, seja à vida política, seja ainda à liberdade de consciência e à justa liberdade religiosa. A isto devemos tender com todos os meios: a que todas as formas de injustiça, que se manifestam neste nosso tempo, sejam submetidas à consideração comum e se lhes apliquem os remédios eficazes; e que todos possam passar uma vida digna do homem. Isto compete à missão da Igreja tal como no Concílio Vaticano II — e não apenas na Constituição dogmática *Lumen Gentium* mas também na Constituição pastoral *Gaudium et Spes* — foi posta em evidência.

Irmãos e Filhos caríssimos, os recentes acontecimentos da Igreja e do mundo são, para nós todos, advertência salutar: Como virá a ser o Nosso pontificado? Qual a sorte que o Senhor reserva à Sua Igreja nos próximos anos? E qual o caminho que a humanidade irá percorrer neste período de tempo que anda já perto do ano 2000? São perguntas ousadas, a que não se pode responder senão isto: *Deus scit* (Cfr. 2 Cor. 12, 2-3). Oh!, a Nossa vida pessoal, que inesperadamente Nos trouxe à maior responsabilidade do serviço apostólico, é coisa que interessa muito pouco. A Nossa pessoa — queríamos dizer — deve desaparecer diante da pesada função que Nos toca desempenhar. E assim as Nossas palavras transformam-se necessariamente em apelo: depois da Nossa oração ao Senhor, sentimos a necessidade de pedir também a vossa oração, para obter aquele indispensável e superior conforto que Nos consinta retomar o trabalho dos Nossos amados Predecessores no ponto em que eles o deixaram.

Àcomovida evocação deles apraz-Nos acrescentar uma saudação de lembrança e reconhecimento para cada um de vós, Senhores Cardeais, que Nos designastes para este cargo; e depois uma saudação confiante e animadora para todos os outros Irmãos no episcopado, que nas diversas partes do mundo prestam cuidados às Igrejas particulares, porções escolhidas do

Povo de Deus (Cfr. Decr. *Christus Dominus*, 11), os quais oferecem também o seu concurso para a salvação do universo. Atrás deles vemos distintamente a ordem dos Sacerdotes, a falange dos Missionários, as fileiras dos Religiosos e das Religiosas, ao mesmo tempo que formulamos ardentes votos por que aumentem todos em número, lembrando-nos daquelas palavras do Salvador divino: *A messe é grande, mas os operários são poucos* (*Mt.* 9, 37-38; *Lc.* 10, 2). Fixamo-Nos também nas famílias e nas comunidades cristãs, nas variadíssimas associações de apostolado e nos fiéis, que, embora não Nos sejam individualmente conhecidos, não são vulgo sem nome, nem estrangeiros nem marginalizados — longe disso! —, porque fazem parte da magnífica Igreja de Cristo. Entre estes distinguimos com preferência os mais fracos, os pobres, os doentes e os atribulados. É a estas categorias de pessoas que, no primeiro instante do Nosso ministério pastoral, desejamos especialmente abrir o Nosso coração. Vós, Irmãos e Irmãs, não participais, com os vossos sofrimentos, da paixão do próprio Redentor e não a completais dalgum modo? O indigno Sucessor de Pedro, que se propõe perscrutar as insondáveis riquezas de Cristo (Cfr. *Ef.* 3, 8), necessita sobretudo do vosso auxílio, da vossa oração e do vosso sacrifício, e tudo isto vos pede bem humildemente.

Irmãos e Filhos que Nos escutais: pelo amor indelével que dedicamos à terra de origem, consenti-Nos acrescentar uma particular e especialíssima saudação quer a todos os concidadãos da Nossa Polónia "semper fidelis", quer aos Nossos Sacerdotes e Fiéis da Igreja de Cracóvia: é saudação em que recordações e afectos, saudades e esperanças, se misturam com vínculo indissolúvel.

Nesta hora, para Nós de sobressalto e responsabilidade, não podemos deixar de orientar com filial devoção o Nosso espírito para a Virgem Maria — que sempre vive e procede como Mãe, no mistério de Cristo e da Igreja — repetindo Nós as palavras comovedoras "totus tuus", que há vinte anos gravámos no Nosso coração e nas Nossas armas, no dia da Ordenação episcopal. Nem podemos fugir a invocar os Santos Apóstolos Pedro e Paulo e, com eles, todos os Santos e Beatos da Igreja universal. Nesta mesma hora, queremos saudar a todos: os anciãos, os adultos, os jovens, as crianças e os recém-nascidos, na onda daquele vivo sentimento de paternidade que transborda já do Nosso coração. A todos dirigimos o prognóstico sincero daquele crescimento *na graça e no conhecimento do Senhor nosso e Salvador Jesus Cristo*, que o Príncipe dos Apóstolos desejou (2 *Ped.* 3, 18). A todos concedemos a Nossa primeira Bênção Apostólica, que não só a esses mas à humanidade inteira, obtenha abundante efusão dos dons do Pai que está nos céus! Assim seja.

©Copyright - Libreria Editrice Vaticana